

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.471.004 - PR (2014/0184405-7)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : IMPORTADORA DE FRUTAS LA VIOLETERA LTDA**  
**ADVOGADO : GONÇALO BONET ALLAGE E OUTRO(S) - PR022804**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**  
**ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado por **Importadora de Frutas La Violetera Ltda.**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 237):

*EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. APELAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. COMPENSAÇÃO. DECADÊNCIA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. DESNECESSIDADE. PRESCRIÇÃO.*

*1. Não cabe conhecer do apelo que inova as questões da lide, em atenção ao disposto no artigo 264, parágrafo único, do CPC.*

*2. A não-homologação da compensação e a constituição dos créditos, com a notificação do contribuinte, deu-se sob a égide da Lei nº 10.833/2003, tendo havido, inclusive, apresentação de recursos pelo contribuinte.*

*3. Tendo havido a regular notificação do contribuinte acerca do indeferimento da compensação, abrindo-se a possibilidade de pagamento ou de apresentação de defesa, assegurou-se a ampla defesa e o contraditório ao contribuinte, não havendo nulidade a ser reconhecida.*

*4. Não há como acolher a prescrição argüida, visto não transcorridos cinco anos entre a citação da empresa executada e a data da constituição do crédito (CDA nº 90 6 08 002273-80) e o termo final da suspensão da exigibilidade (CDA nº 90 6 08 003025-00).*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 258/260).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 535 do CPC/73; 90 da Medida Provisória 2.158-35/2001; 74, § 6º da Lei 9.430/96; 23 da Instrução Normativa SRF 210/2002; 68 da IN SRF 600/2005; e itens 91 e seguintes do Parecer PGFN/CDA/CAT 1.499/2005. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal a quo remanesceu omissos acerca da forma de constituição do crédito tributário constante da CDA 90.6.08.002273-80; (II) o crédito constante da referida CDA não teria

sido devidamente constituído, pois a não homologação do pedido administrativo de compensação teria como consequência a necessidade de lançamento de ofício, nos termos da MP 2.158-35, de agosto de 2001, vigente à época dos fatos, já que não houve declaração desses valores na DCTF, apenas informação da compensação na DIPJ/2000, evidenciando a ausência de confissão de dívida.

Contrarrazões às fls. 326/335.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, ao explicitar que seria desnecessário o lançamento de ofício, posto que o crédito tributário foi constituído em 2007, após a notificação do contribuinte acerca da última decisão administrativa que não homologou a compensação pretendida, sob a vigência da nova redação do art. 74, § 4º, da Lei 9.430/96, nos seguintes termos (fls. 234/235):

*Como se vê, mesmo sem apontar a necessidade de lançamento de ofício, o legislador teve o cuidado de assegurar o contraditório e a ampla defesa ao determinar a observância do procedimento do artigo 74 e parágrafos da Lei nº 9.430/96, ou seja, há necessidade do Fisco intimar o sujeito passivo para que efetue, no prazo de 30 dias, o pagamento dos débitos cuja compensação não foi homologada, sendo-lhe facultada a apresentação de manifestação de inconformidade (§ 9º) e recurso ao Conselho de Contribuintes (§ 10), permanecendo suspensa a exigibilidade do crédito tributário enquanto pendente a decisão administrativa definitiva.*

*Conforme se depreende da documentação carreada aos autos, os créditos executados na CDA nº 90 6 08 002273-80 decorrem de pedido de compensação não homologada, o qual foi*

*protocolizado pela embargante em 18/11/1999.*

*Antes mesmo de sua apreciação, adveio a Lei nº 10.637/2002, a qual inseriu, no art. 74 da Lei nº 9.430/1996, o parágrafo 4º, a seguir transcrito:*

*§ 4º Os pedidos de compensação pendentes de apreciação pela autoridade administrativa serão considerados declaração de compensação, desde o seu protocolo, para os efeitos previstos neste artigo.(Incluído pela Lei nº 10.637, de 2002) (Grifei).*

*A decisão que considerou não homologada a compensação foi proferida pelo Órgão Fazendário em 21/10/2003, tendo sido o contribuinte dela intimado. Houve apresentação de manifestação de inconformidade e, após um novo indeferimento, de recurso voluntário junto ao Conselho de Contribuintes.*

*Ora, é sabido que as compensações realizadas anteriormente às profundas modificações produzidas pelas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003 no regime de compensação tributária, e então ainda pendentes de apreciação pelo Fisco, como é o caso dos presentes autos, foram adequadas à nova sistemática e decididas conforme os novos critérios estabelecidos, conforme previsto no § 4º do art. 74 da Lei 9.430/96, acrescentado pela Lei 10.637/2002.*

*Assim, desnecessário, no presente caso, o lançamento de ofício a que se referiu a embargante na inicial, nos moldes do art. 90 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, uma vez que, com a conversão do pedido pendente de compensação em declaração de compensação, nos moldes da Lei nº 10.637/2002, a não-homologação e a constituição dos créditos, com a notificação do contribuinte, deu-se já sob a égide da Lei nº 10.833/2003, tendo havido a apresentação dos recursos acima referidos, seguindo-se o rito procedimental previsto na aludida lei.*

*Como antes se ressaltou, o objetivo de a Fazenda Nacional glosar a compensação, nos termos da sistemática adotada pela Medida Provisória antes referida, era o de possibilitar a impugnação da decisão de indeferimento da compensação pelo contribuinte, nos moldes previstos no Decreto 70.235/72, garantindo-se, inclusive, a suspensão da exigibilidade do crédito, prevista no art. 151, III do CTN, ao invés de se realizar a inscrição em dívida ativa imediatamente, ferindo-se o disposto no art. 5º, LV da Constituição Federal.*

*Tendo havido a regular notificação do contribuinte acerca do indeferimento da compensação, abrindo-se a possibilidade de pagamento ou de apresentação de defesa, assegurou-se a ampla defesa e o contraditório ao contribuinte, não havendo nulidade a ser reconhecida.*

*Aliás, diga-se de passagem, só para ilustrar, sem se fazer maiores elucubrações quanto ao lançamento e ao ato formal de lançar, que o ato da Fazenda de não homologar a compensação declarada, apurando os créditos devidos (indicando fato gerador/ montante/ sujeito passivo), notificando da referida decisão o contribuinte para pagar a quantia especificada ou apresentar defesa administrativa traz em si praticamente todas as características que o CTN atribui, em seu art. 142, ao lançamento, sendo descabida a exigência de um lançamento formal dos créditos cuja compensação não foi homologada, apenas pelo fato de o respectivo pedido ter sido protocolizado sob a égide de outras regras que não aquelas contidas nas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, efetivamente vigentes quando se deu a apreciação do pedido e os demais atos daí decorrentes.*

*É de se lembrar que, assim como no processo civil, também no âmbito administrativo a decretação de nulidade de um ato somente deve ocorrer se ficar perfeitamente demonstrada a ocorrência de prejuízo, ou mácula aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o que não se verifica nos presentes autos, em que o contribuinte foi devidamente notificado sobre a desconsideração da compensação levada a efeito, possibilitando-se a impugnação desta decisão, o que efetivamente foi ocorreu.*

*Após apreciação de todos os recursos, com a notificação do contribuinte acerca da decisão de última instância, que manteve o indeferimento da compensação, foram finalmente constituídos os créditos em execução, o que se deu no ano de 2007.*

*Dessa forma, não há falar em decadência do direito da Fazenda Nacional, nesse sentido.*

Assim, não se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No mérito, vale destacar que, no recurso especial, não houve impugnação de fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, de que a decisão administrativa final, após a interposição de impugnações pelo contribuinte, no sentido da não homologação do pedido de compensação, foi proferida em 2007, quando vigente o § 4º do art. 74 da Lei 9.430/96, esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro

Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Ademais, os arts. 90 da MP 2.158-35/2001 e 74, § 6º, da Lei 9.430/96 não contêm comando capaz de sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, de maneira que se impõe ao caso concreto a incidência da Súmula 284/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*). Por oportuno, destacam-se os seguintes precedentes: **AgRg no AREsp 161.567/RJ**, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 26/10/2012; **REsp 1.163.939/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8/2/2011.

Por fim, o recurso especial não pode ser conhecido no tocante à alegada ofensa aos arts. 23 da Instrução Normativa SRF 210/2002; 68 da IN SRF 600/2005; e itens 91 e seguintes do Parecer PGFN/CDA/CAT 1.499/2005 . Isso porque os referidos atos normativos não se enquadram no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, *a*, da CF. Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes: **AgRg no Ag 1.203.675/PE**, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe de 10/3/2010; e **AgRg no REsp 1.040.345/RS**, Primeira Turma, Rel. Ministro Luiz Fux, DJe 9/2/2010.

**ANTE O EXPOSTO**, conheço parcialmente do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator